



**Diário da Sessão n.º 007 de 15/03/05**

**Presidente:** Passamos ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos – **Proposta de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2001”.**

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

**(\*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à Conta da Região referente ao ano de 2001, algumas observações breves.

Primeiro, a receita global atingiu os 702,2 milhões de euros, sem incluir as contas de ordem, representando uma taxa de execução de 86,8% em relação ao previsto e uma taxa de crescimento de 7,1% em relação ao ano anterior.

As receitas correntes corresponderam a 56,9% do total da receita e as receitas de capital 43,1% do total da receita, tendo havido um aumento significativo do seu peso relativo em relação ao ano anterior.

A aproximação das proporções referidas no ponto anterior, ou seja, entre as receitas correntes e as receitas de capital, deveu-se, por um lado, à forte recessão registada nas receitas fiscais em 2001, derivadas de acertos referentes aos anos anteriores em sede de IRS e IRC, e também às consequências directas do orçamento rectificativo que aconteceu nesse ano e que reduziu substancialmente as verbas previstas para o IVA tendo em conta que a Região recebe o IVA por capitação.

Por outro lado, deveu-se também ao volume que foi realizado de renegociação da dívida pública no montante de 60,8 milhões de euros e



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

uma contracção de empréstimos, em 2001, de 29,9 milhões de euros que reforçou as receitas de capital.

A receita corrente atingiu os 399,3 milhões, tendo tido uma execução de 84,8%.

Nesse ano acumularam-se também vários acertos, como foi referida a administração fiscal, referentes a 5 anos anteriores, todos negativos, que implicou um acerto de contas que teve como consequência que o valor arrecadado em sede de IRS e IRC foi em 25,8 milhões inferior ao que estava orçamentado. Por isso, originaram uma execução de apenas 58,9% dos impostos directos.

O IVA também teve uma execução de 95,1%, quando normalmente tem uma execução de 100%, derivada da introdução de um orçamento rectificativo a meio do ano que reduziu a previsão relacionada com o IVA.

As receitas de capital atingiram os 302,9 milhões de euros.

Salienta-se a introdução de um crescimento de 734% em outras receitas de capital que deriva de uma receita extraordinária da venda de parte do capital do BCA no montante de 7,5 milhões de euros.

Em relação à despesa ela totalizou 702,2 milhões de euros, sem contas de ordem, um aumento de 5,8% em relação a 2001, o que corresponde a uma taxa de execução de 86,8%.

As despesas com pessoal foram 236,9 milhões de euros, 98,7% do orçamentado, o que corresponde a 54,4% do total da despesa corrente e representaram um crescimento de 10,3% em relação ao ano anterior.

Para além das despesas com pessoal, apenas a rubrica “outras despesas correntes” apresentou uma taxa de crescimento positiva, tendo todas as outras componentes da despesa corrente decrescido em 2001 em relação a 2000.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

As despesas de capital atingiram os 62,2 milhões de euros, valor esse que reflecte a já referida operação com a dívida pública.

Em 2001 observou-se uma efectiva contenção das despesas de funcionamento, reflectida nas taxas de crescimento negativas apresentadas pelos agregados económicos que não apresentam um elevado grau de rigidez.

As despesas do Plano atingiram os 204,4 milhões de euros, que tiveram uma execução de 75,2% em relação ao orçamentado.

Penso que são estas as grandes matrizes que definem a execução orçamental de 2001.

**Presidente:** Estão abertas as inscrições.

*(Pausa)*

Estão inscritos os Srs. Deputados António Marinho, José Rego e Alvarino Pinheiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

**(\*) Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, eu gostava de agradecer ao Sr. Vice-Presidente o ter-nos feito uma leitura, não sei se em dois minutos, de um documento tão complexo e tão volumoso quanto a Conta da Região. Felicito-o por isso, embora pense que todos nós não retivemos todos os números que o Sr. Vice-Presidente acabou de nos comunicar. Eu retive um: 734%. Esse é fenomenal!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Das considerações que gostaríamos de tecer algumas delas aplicar-se-ão quer à Conta de 2001, quer à Conta de 2002. E uma consideração inicial, no fundo, talvez para fazer uma constatação:

Estamos em Março de 2005. Esta conta que agora concretamente se encontra em discussão refere-se a 2001, ou seja, estamos 3 anos e alguns meses depois de ter acabado o respectivo exercício.

É uma questão que gostaríamos de deixar aqui presente, porque se pensarmos que no caso desta conta já decorreram quase dois anos depois da entrega do respectivo parecer por parte do Tribunal de Contas, julgamos que é difícil encontrar uma justificação para esta demora tão significativa. Isto porque existem óbvias consequências em termos de acolhimento das recomendações e propostas que eventualmente possam ser formuladas e que foram formuladas designadamente no Parecer do Tribunal de Contas, e que, sendo acolhidas, poderiam ter um efeito positivo ao nível do processo orçamental, ao nível da actividade orçamental na Região.

No entanto, e infelizmente, não é esse o problema essencial, não é essa a questão fundamental que se coloca em relação a esta Conta de 2001, como aliás, também se coloca em relação à de 2002.

O mais grave é o que se relaciona com os erros, com a repetição de erros, diria mais, com a repetição de imperfeições, com a repetição inclusivamente de algumas ilegalidades que são apontadas por parte de uma instituição credível e independente, como é o Tribunal de Contas, e que quase diríamos que são, todas essas incorrecções, todas essas ilegalidades, quase retiradas a papel químico do Parecer do Tribunal de Contas. Isto é, repetem-se. Vão-se repetindo. Obviamente umas mais graves e outras menos graves ou menos escandalosas, digamos assim.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Por esse motivo eternizam-se também, parecer a parecer, as recomendações que aquela entidade, anualmente, vai fazendo, sempre acrescidas de mais algumas recomendações, também porque anualmente se repetem mais pontos negativos, embora – e seja feita a verdade – algumas sejam acatadas. Só que, invariavelmente, a acatarem-se estas recomendações, normalmente isso é feito em número extremamente reduzido e habitualmente dizem respeito a questões de transcendência reduzida, relativamente inócua, digamos assim.

Um termo popular é o que parece poder concluir-se da atitude passiva que, por vezes, parece ficar patenteada pelo Governo Regional, perante os pareceres do Tribunal de Contas. Esse termo popular será “orelhas de mouco”. Praticamente é aquilo que o Governo Regional tem evidenciado.

Relativamente a 2001, e para eu entrar também no jogo dos números, embora aqui eu vá falar em números muito mais pequenos, os aspectos negativos apontados pelo Tribunal de Contas são em número de 20, o que contrasta com os 10 positivos que são referidos no mesmo parecer.

Este mesmo parecer dá conta de quatro recomendações que foram acolhidas no exercício de 2001, relativamente àquilo que tinha sido recomendado nos anos anteriores.

Mantêm-se 11 que eventualmente terão que constituir letra morta por parte do Governo Regional no exercício de 2001, relativamente a recomendações feitas anteriormente e são acrescidas mais 8 recomendações. Isto é obviamente um saldo que nos preocupa e penso que deve preocupar a todos.

Relativamente a 2001 e para que não fiquemos unicamente pelo número das recomendações ou dos aspectos negativos, eu penso que vale a pena pelo menos destacarmos aqui alguns, porque alguns são certamente



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

graves, outros serão menos, mas de qualquer forma interessa-nos reflectir até para que tenhamos perfeita consciência daquilo que estamos a aprovar. Interessa referir que isto é uma questão que se repete entre os aspectos negativos. Há relatórios que deveriam constar das propostas de orçamento entregues e que a própria lei, no caso concreto da Lei 79/98, estipula que devem ser entregues e que pura e simplesmente não são, o que leva a que as referências relativamente à atribuição de subsídios, que é uma matéria seguramente importante, passem a ser uma questão omissa nas próprias propostas de orçamento.

No caso concreto de 2001, acrescentando aos números que o Sr. Vice-Presidente acabou de falar, a receita contabilizada na Conta da Região ficou aquém das estimativas orçamentais em 21,4 milhões de contos – não estamos a falar em euros, uma vez que em 2001 ainda não se tinha processado a entrada do euro. É um número certamente significativo e foi a diferença entre a estimativa e a receita que efectivamente se contabilizou.

Ao contrário do que parece ter acontecido no passado ano de 2004, o princípio do equilíbrio orçamental não se verificou e a conta encerrou com um défice de 6 milhões de contos.

Um ponto negativo, igualmente salientado por parte do Tribunal de Contas, é de que as despesas com o pessoal cresceram naquele ano mais 10%. Isso é referido como um ponto negativo por parte do Tribunal de Contas.

As despesas do Plano decresceram relativamente a 2000 e atingiram uma taxa de execução financeira de 75%. Nada a que não estejamos habituados desde aí para cá. Aliás, 75% é um número que se repete.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

A desagregação espacial do Plano é insuficiente. O Tribunal de Contas aponta também o facto de não haver um levantamento sobre os investimentos que devem ser considerados prioritários a nível de cada ilha e a nível de cada sector.

Uma questão que continua – presumo eu, ou tenho como seguro – a passar-se neste momento: a falta de estatísticas actualizadas para os principais indicadores de desenvolvimento económico da Região, o que não permite depois fazer a aferição da eficácia, digamos assim, do instrumento orçamental sobre estes mesmos indicadores.

Uma questão que teve uma especial relevância naquele ano, o facto da utilização do factoring por parte do Serviço Regional de Saúde, ter acarretado um elevado volume de encargos financeiros que o Tribunal de Contas estimou, só neste ano, em juros, um valor acima dos 611 mil contos, para ser mais preciso.

Neste mesmo sector da saúde, e apesar de se ter verificado uma prestação extraordinária que conduziu à regularização da dívida administrativa no sector de 12 milhões de contos, esta regularização – e agora eu gostaria de ler os termos exactos em que vem o parecer do Tribunal de Contas, porque penso que ele é extremamente objectivo – “não impediu, contudo, o acréscimo dos encargos assumidos e não pagos naquele sector, que atingiu o valor de 15,4 milhões de contos”. Isto é, mesmo depois dos 12, tínhamos os 15,4 que correspondiam a um valor 8,6% superior ao que se tinha verificado no ano anterior – outra questão, esta será das mais graves ou das mais escandalosas – “fixando-se em 8 milhões de contos o montante sem cabimento orçamental, sendo susceptível de constituir infracção financeira prevista e punida nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 65º da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto”.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Finalmente, o último dos pontos negativos, que penso que também é perfeitamente objectivo e preocupante: a receita corrente.

A receita corrente foi insuficiente para finalizar a totalidade da despesa corrente, tendo-se utilizado, para o efeito, 5 milhões, correspondente a transferências de capital do Orçamento de Estado.

Daí que obviamente, também neste ano, o Tribunal de Contas continue a fazer algumas recomendações já formuladas em anos anteriores, e que se reiteram também naquele ano, relativamente ao facto da proposta de Orçamento dever conter informação.

As verbas do Plano – e isto também é um problema que seguramente continua a atravessar a actividade orçamental na Região – estão a servir para pagamento de despesas de funcionamento, mas a seu tempo e no dia 5 de Abril falaremos nesta questão, porque também em relação a 2005, à partida, aparecem situações do género.

E a questão que se vai repetir depois e que ainda falaremos dela: a atribuição de subsídios.

Existe uma recomendação, também por parte do Tribunal de Contas: que “a atribuição de subsídios seja feita com base em legislação própria e adequada – as palavras são do Tribunal de Contas, não são nossas – tornando-se tema mais transparente de forma a potenciar uma melhor aplicação dos dinheiros públicos”.

Há uma para intensificação do sistema de controlo interno.

Uma outra questão, que talvez deixe para a Conta de 2002, é relativa aos fundos financeiros destinados às empresas públicas.

Perante todos estes factos e perante este cenário que importa não esquecer, apresentado por parte de uma instituição credível, por parte de uma instituição independente a quem a lei atribui aliás essa competência,





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

obviamente que o Grupo Parlamentar do PSD, nesta Assembleia, não pode votar favoravelmente as contas relativas ao exercício de 2001. Aliás, se o fizéssemos seria estarmos a dar uma concordância a uma prática que está à vista no parecer do Tribunal de Contas e que está longe dos parâmetros de actuação que possam ser considerados razoáveis.

Acresce ainda, aliás, como víamos relativamente à execução do Plano – estamos aqui a falar em execuções que são muito abaixo das verbas que foram aprovadas nesta própria Assembleia, - e designadamente em relação ao Plano de Médio Prazo 2001/2004, que os valores efectivamente despendidos se ficaram por  $\frac{3}{4}$  das intenções apresentadas pelo Governo Regional, o que denota, para além de uma dose de irrealismo nas propostas que foram apresentadas à partida, alguma incapacidade em termos da sua própria execução.

Bom, como diz o Tribunal de Contas, e isto é uma frase que o Tribunal de Contas repete parecer a parecer na apresentação das recomendações, “estas recomendações são endereçadas, em primeira linha, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que, no âmbito dos seus poderes de fiscalização da actividade do Governo Regional, adopte as providências que entender adequadas.”

É nesse sentido que pretendemos deixar um sinal de preocupação neste momento em relação às Contas de 2001, motivo que justifica o facto de nos abstermos na votação que se vai seguir, desejando que fique expresso – e é essa a nossa intenção – que o que pretendemos é apenas contribuir para que a actividade orçamental se desenrole na Região segundo parâmetros eficazes, mas que simultaneamente sejam suficientemente claros e se enquadrem dentro da legalidade.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** *Muito bem! Muito bem!*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Gabinete da Presidência

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

(\* **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Marinho começou por apresentar uma crítica face à data em que estes documentos vêm à Assembleia. Para nós também não é uma data oportuna dado que já se passou algum tempo, mas se formos fazer um juízo de valor do passado – e eu já faço parte do passado desta casa – é necessário vermos o porquê e o estudar.

O Sr. Presidente novo da sua Comissão sabe perfeitamente que uma das causas passou por uma das Comissões que não dava o seu parecer. Houve o empenho do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa para que a Comissão de Economia e as respectivas comissões fechassem todas essas contas no passado mês de Junho. Todavia, uma comissão atrasou-se na concretização do envio dos respectivos relatórios.

Contudo, temos uma nova conta para 2004 e esperemos que este ano não se atrase tanto, como no passado, as respectivas contas.

Da minha parte, como Presidente da Comissão, e com a colaboração de todos os Deputados das outras comissões, empenhar-nos-emos para que, após a chegada do relatório do Tribunal de Contas, rapidamente se processe a aprovação das Contas nesta Assembleia.

O Sr. Deputado António Marinho também fez aí um relatório e somou, nas várias recomendações que o Tribunal de Contas fez, os aspectos positivos (quantos eram, se eram 10, 11 ou 12).

**Deputado António Marinho (PSD):** Disse que eram 10!

**O Orador:** Não, os aspectos positivos são 11.

**Deputado António Marinho (PSD):** Metade dos negativos!



**O Orador:** Portanto, o que eu quero dizer é que os aspectos positivos não se medem pela quantidade, mas pela qualidade das respectivas recomendações.

**Deputado António Marinho (PSD):** Então a proporção é de 1 para 7!

**O Orador:** Aí, queria dizer que há recomendações que terão que ser necessariamente novas, porque a Conta a aprovar é nova e existem factos novos que poderão focar recomendações novas.

Lembro a recomendação que tem a ver com os acertos fiscais. Não é lógico que se façam acertos fiscais de 3 ou 4 anos e uma das recomendações – é a primeira recomendação para a Conta de 2001 – é que a Administração Regional e a Central cheguem a acordo para que esses acertos se façam efectivamente num ano e não com 4 ou 5 anos de atraso, o que vem repercutir-se especialmente nessa Conta de 2001. Isso fez com que o Plano de Investimentos da Região fosse só de 75%, porque houve uma gestão coerente deste Governo Regional que, não tendo o dinheiro para gastar na Região, soube, a devido tempo, proteger-se face a esse défice que a Região estava a ter nas receitas, em especial do IRC e do IRS, que a Região não iria receber.

Portanto, para o Partido Socialista importa ver que tipo de recomendações lá estão, em que momento é que elas são feitas e importa realçar aquilo que também é importante realçar nesta altura.

Um dos aspectos positivos que gostaria de realçar passa por uma das constatações do Tribunal de Contas que tem a ver com os investimentos do Plano.

Esses investimentos do Plano detêm um elevado significado no desenvolvimento de sectores considerados vitais para o desenvolvimento dos Açores.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Gostaria ainda de referir outro aspecto positivo que tem a ver com os investimentos que têm sido feitos nas estruturas regionais da Segurança Social, que têm atribuído apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Sócia, responsáveis pelo desenvolvimento de várias valências da acção social.

Outro assunto que gostaria de referir, ainda em relação ao que disse o Sr. Deputado António Marinho, é que, como já é costume, o Plano de Investimentos ficou pelos 75%.

Este foi dos anos mais baixos da Região Autónoma dos Açores desde que o PS está no Governo e em 2002 nós já vamos ver que é de 88% em relação ao Plano que nós tínhamos aqui aprovado.

**Deputado António Marinho (PSD):** É uma guerra nossa, Sr. Deputado!

**O Orador:** Eu sei o que é que vai dizer em relação ao PMP, as verbas que antes estavam no PMP.

Todavia, se nesta casa foi aprovada uma reprogramação financeira, a partir do momento em que a reprogramação foi feita, é esse documento que deve estar em discussão e não o primeiro, quando não, não havia necessidade de se estar a fazer reprogramações financeiras nesta Assembleia.

**Deputado Rui Meneses (PSD):** São comparáveis!

**O Orador:** Gostaria de finalizar dizendo o seguinte:

A execução das contas agora apresentadas contribuiu de forma significativa para a concretização dos objectivos propostos no PMP 2001/2004 e do Programa do VIII Governo Regional em muito contribuiu para o desenvolvimento económico e social dos Açores, pelo que os Deputados do PS consideram que as contas relativas ao ano de 2001 estão em condições de ser aprovadas por este plenário.

**Presidente:** Muito obrigado, Sr. Deputado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

(\*) **Deputado Alvarino Pinheiro (PP):** Obrigado, Sr. Presidente. Chegou a vez!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu cheguei a duvidar da nossa ordem de trabalhos, se estaríamos no ponto 2 que tem a ver com a apreciação da Conta da Região Autónoma dos Açores em relação a 2001.

Sinceramente, já vimos no Angrense e no Sport Clube Praiense contas apresentadas com mais empenho...

*(Risos dos Deputados da bancada do PSD)*

... e muitas delas da responsabilidade do Sr. Vice-Presidente Sérgio Ávila como outras da minha responsabilidade também.

**Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Eu não ouvi bem!

**O Orador:** Eu repito por outras palavras. O senhor merece!

Sr. Vice-Presidente, nunca tínhamos visto nesta casa tão pouco entusiasmo na apresentação de umas contas regionais.

O Sr. Deputado António Marinho não apanhou grande parte dos números que foram apresentados. E eu, Sr. Deputado António Marinho, fico com a ideia que não era mesmo para ninguém apanhar, porque aquilo foi enrolado de tal maneira que, de facto, era para passar. Não foi numa folha de couve, mas podia ter sido.

O que eu queria dizer, Sr. Vice-Presidente, é que eu já vi (e V. Exa. também) contas do Sport Clube Angrense e do Sport Clube Praiense, apresentadas com maior empenho. Acho que isto diz tudo!



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Isso é conversa de “xaxa”!

**O Orador:** É. Eu vou te dizer qual é a “xaxa”!

*(Risos da Câmara)*

A “xaxa” é que não convém aos meus amigos. E veremos porquê.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Olhe em redor e faça as contas!

**O Orador:** O meu amigo limita-se a isso? Não consegue ver além disso? É só fazer contas?

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Já o vejo há tantos anos que...!

**O Orador:** Ora bem! Acho que fica claro, para aqueles que têm o privilégio de ouvir essas coisas que infelizmente acontecem nesta redoma, que alguém dá-se ao luxo de tratar, com esse menosprezo, aqueles que, por obrigação e em representação, devem dar um contributo capaz e cumpridor a esta Casa.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): O senhor é arrogante e tem pouca graça!

**O Orador:** Não sou arrogante, nem pretendo ter graça!

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Diz coisas que tornam pouco agradável o debate parlamentar!

**O Orador:** Não torna desagradável. Os senhores, pelos vistos...

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Estamos a falar de coisas sérias!





**O Orador:** ... é que não queriam dar destaque e relevo a esta matéria, como se comprova pela forma como o Governo apresentou essas contas, que é, sinceramente uma forma infeliz.

Aliás, o Sr. Deputado José Sousa, e muito bem, em poucas palavras, citou o que esteve em jogo em 2001.

Como o Deputado António Marinho referiu, estamos 3 anos depois a fazer essa análise. É habitual.

Todos nesta casa já denunciámos essa situação. Já solicitámos os melhores esforços ao nível institucional para encurtar esses tempos porque é mais útil, mas não é o facto da análise ser feita dois ou três anos depois que retira a importância do que estamos fazendo, embora isso desagrade e algumas pessoas terem que passar pela maçada de serem confrontadas com as razões que os outros tinham.

É interessante!...

Quando se discute os Planos e os Orçamentos, às vezes é fácil mandar umas graças, umas piadas, no pressuposto de que não se vai avaliar a conta, não se vai confrontar aquilo que foi dito quando se discutiu os Planos e Orçamentos com aquilo que depois se apresenta aos açorianos, porque, por pouco interesse que isso tenha para o Governo, bem ou mal, estamos hoje a sancionar ou a apreciar o trabalho que o Governo fez em 2001. E fez um mau trabalho! Isto tem que ser dito e demonstrado!

Aliás, na altura, tivemos a possibilidade e o bom senso de, em relação a esse documento de 2001, classificá-lo como pouco rigoroso no seu calendário e irrealista na sua programação financeira.

Chamámos a atenção para a sub-orçamentação em 2001. É claro, deu muita risada, como é costume, e quando se tem maiorias absolutas pode-se dar a esses luxos (é normal!), só que agora verifica-se, 4 anos depois, que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

não havia grande motivo para risada. Havia talvez motivo para tristeza, porque 4 anos depois verifica-se que efectivamente o que caracterizou, e já foi aqui muito bem dito, essa gestão orçamental do Governo Regional em 2001, foi a sub-orçamentação, como veremos à frente, que atingiu valores preocupantes.

Mas um governo não pode deixar de assumir que falhou quando se propõe como objectivo de investimento ter um aumento significativo na sua despesa de investimento.

Todos temos presente que o Governo propunha um aumento de 10% no investimento, em 2001. Feitas as contas conclui-se que o Governo reduziu as despesas de investimento, em relação ao ano anterior, num valor de 11%.

Portanto, é uma realidade nua e crua. Alguém se propõe aumentar as despesas de investimento em 10%, fecha o ano tendo uma quebra de 11% nessas despesas de investimento, e falha efectivamente os seus objectivos. Aliás, como muito bem referiu há pouco o Sr. Presidente da Comissão e Deputado José Sousa, o Governo, em 2001, não gastou mais porque não teve.

**Deputado José Rego (PS):** Foi uma boa política!

**O Orador:** Chamo aqui a atenção para um outro ponto que foi referido. É que essas situações se prendem – e há uma recomendação do Tribunal de Contas nesse sentido – com a necessidade dos acertos nas transferências financeiras não terem os desfasamentos que têm e, portanto, possibilitarem uma melhor expectativa ao orçamento regional.

Aqui também é bom reflectirmos sobre o que convém e o que não convém ao Governo Regional.

Ilustre colega Deputado José Sousa, peço-lhe que acompanhe a situação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Em 2001, o Governo teve menos dinheiro, foi vítima de um acerto. Mas eu pergunto: em 2004 o Governo não foi bafejado por um acerto?

O que nós assistimos foi ao Governo embandeirar em arco com o fecho das contas de 2004, isto como mero parênteses.

Claro que isso era falar para alguém eventualmente os ouvir, sabendo que isso iria gerar a confusão ou a perturbação que gerou e está gerando na sociedade açoriana, porque realmente as pessoas não percebem como é que isso aconteceu.

Nós temos a possibilidade de saber e de compreender.

Agora, estamos aqui perante duas reacções muito distintas e muito típicas:

Em 2004, o acerto foi favorável. Mérito do Governo Regional!

Em 2001, o acerto foi desfavorável. O Governo não teve culpa!

É essa a explicação do Governo, mas essa explicação não é politicamente séria.

**Deputado José Rego (PS):** Não foi isso que eu disse!

**O Orador:** Não foi a explicação que o Deputado José Sousa deu, mas nós sabemos que essa é a explicação do Governo.

É conhecido e sabido que a execução financeira, por si só, em regra, é uma tradução bem mais benéfica para o Governo do que a chamada execução material.

Também aqui, mais uma vez, este Governo foi censurado pelo próprio Tribunal de Contas – julgo que esta não foi enumerada pelo Deputado António Marinho – relativamente ao desfasamento dos relatórios de execução.

Em boa verdade, a Comissão de Economia deixa muito claro aqui o mês e o ano em que esses relatórios foram do conhecimento público e que revelam a falta de eficiência, a incapacidade técnica, a falta de zelo



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

político, em suma, a má gestão nesse domínio do Governo do Partido Socialista.

Claro que, infelizmente, a maioria dos cidadãos não se importam com isso. Querem lá saber se o relatório de execução foi apresentado em Outubro de 2003. Eles querem é o subsidiozinho... Aqueles jeitozinhos que a gente sabe ...

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): O senhor acha que os açorianos são assim, não é?

**O Orador:** Não, não. Eu acho que o Governo Regional está a transformá-los assim.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Ah! É que eu julgava que pensava que os açorianos eram assim!

**O Orador:** Eu não tenho dúvida sobre isso. Aliás, as provas estão à vista e alguns dos méritos do Governo, Sr. Presidente, por muito que lhe custe ouvir, advêm do facto de ter na mão os 200 milhões de contos. Se fosse em pé de igualdade, certamente que o resultado não era aquele que o senhor tanto se gaba.

**Presidente do Governo Regional dos Açores** (*Carlos César*): Pouco era no seu tempo!

**O Orador:** O senhor quando andou por estes lados sabia como é que era. E temos registado o que costumava dizer.

Voltando àquilo que interessa, efectivamente a execução é péssima. O Governo não executou financeiramente um quarto do seu plano de investimento. Foi gravíssimo.

Se formos ver na óptica da execução material, a situação é bem mais complexa porque todos nós sabemos que, à partida, os governos não têm



dificuldade de fazer transferências e este é perito nisso! É especialista! É conhecido por isso.

Portanto, o dinheiro cai e ... bota para baixo que não é nosso! É como diz o outro!

A verdade é que mesmo assim ficou nos 75%.

Gostaria de chamar a atenção, e o relatório da Comissão é muito elucidativo nessa matéria com os contributos que as comissões especializadas deram, que, para além das áreas sociais terem execuções financeiras da ordem dos 72% – aliás, a Secretaria dos Assuntos Sociais e a Secretaria da Educação andam a par, são como as gémeas – nós verificamos que em sectores fundamentais há execuções financeiras tremendamente baixas.

Alguém tem que ter esse papel importante, até para que fique registado, de chamar a atenção para isso.

Por exemplo – e eu compreendo que a Comissão não tenha ido ao pormenor:

- o Projecto da Promoção de Igualdade de Oportunidades, a execução foi de 14%;
- Infra-estruturas Portuárias, 39%;
- Estruturas Portuárias da Pescas, 42%;
- Equipamento de Apoio Portuário, 45%;
- Valorização da Qualidade Ambiental, 45%;
- Emprego e Formação Profissional (uma questão que nós nos habituamos a ouvir da parte do Governo como uma grande opção e como prioridade) 46%;
- Equipamento de Apoio à Infância e à Juventude, 47%;
- Fomento dos Recursos Florestais, 47%



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

- Diversificação da Produção Agrícola (um dos objectivos fundamentais do sector tradicional da agricultura) 48%.

Isto só para citar casos que constituíam bandeiras da administração socialista e que em 2001 não atingiram 48%.

Não vou citar outras situações talvez de menor prioridade por parte do Governo, mas houve e com investimentos muito baixos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não podia deixar de chamar a atenção para o facto de, em 2001, ter havido uma alteração estrutural por via da quebra da despesa total que fez com que a despesa de investimento tenha sido a mais baixa praticamente da era da Autonomia, sob o ponto de vista de percentagem da despesa global tendo baixado aos 23%, o que é um número mau, francamente mau, que devemos ter em conta e como exemplo que não se deve repetir.

As despesas correntes passaram de 47% do conjunto que estava orçamentado para 49% dos gastos totais. Portanto, do conjunto, incluindo as contas de ordem, praticamente metade foi para despesas correntes.

**Presidente:** Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, agradecia que concluísse.

**O Orador:** Obrigado, Sr. Presidente.

É verdade que as receitas próprias ficaram 14% aquém do que se pretendia, mas as despesas de funcionamento aumentaram 10% e isso não pode deixar de ficar aqui assinalado.

Tinha aqui um capítulo interessante, se tempo houvesse, para os gastos não autorizados.

O Deputado António Marinho já deixou muito claro a esta câmara o escândalo que foi a questão da saúde em 2001. Resta-nos a esperança fundamentada de que o novo Governo terá uma nova política nesse domínio e, honra seja feita, tem havido alguns sinais positivos por parte do





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

novo titular, mas a verdade é que estamos aqui a avaliar em relação a 2001 e esse foi o primeiro ano negro, o começo de uma série negra de acção deste Governo Regional na área da saúde.

De resto acentuou com as trocas e baldrocas de pessoas e de políticas que caracterizou o Governo Regional durante o seu mandato, apesar de ter ganho as eleições.

Agora, o ter ganho as eleições não apaga a má postura sob o ponto de vista de gestão e de políticas.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaríamos de dar conta que sob o ponto de vista das recomendações elas já foram aqui muito bem traduzidas, quer pelo Sr. Deputado António Marinho, quer sintetizadas pelo Deputado José Sousa.

Eu apenas gostaria de chamar a atenção para uma que tem sido sistematicamente denunciada – o Governo assume compromissos, mas depois não cumpre – e diz respeito à parte da inscrição sistemática de despesas de funcionamento em verbas do Plano. Aí, Sr. Deputado José Sousa, se me permite, não há justificação, porque essa recomendação já é feita há muitos anos.

O Governo não inscreve no lugar certo, porque não quer.

O Sr. Vice-Presidente só não corrige essa matéria se não quiser. Agora para apresentar alguns dos números mágicos dá mais jeito ter até o funcionamento dos aeroportos nas verbas do plano de investimentos do que tê-los noutras áreas.

**Presidente:** Sr. Deputado, entrámos nos finalmente, creio eu...

**O Orador:** Sou forçado a concluir.

O CDS/PP deixa o seu voto de abstenção nessa matéria, que é a forma que tem de expressar o seu descontentamento pela má execução do Governo.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Gabinete da Presidência

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(\* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pelos visto a descrição dos números não vos despertou interesse ou então, ao não perceberem, acharam que os números eram exaustivos. Portanto, se não gostam de números vão levar com gráficos, talvez percebam.

**Deputado Clélio Meneses** (*PSD*): Vão levar? Vão levar não é linguagem adequada!

**O Orador:** Vão levar no sentido visual.

O Sr. Deputado António Marinho disse que a sua bancada não podia concordar com estes números. Ou a bancada mudou ou os conceitos mudaram.

Essa bancada, em 1994, 1995 e 1996, que são os últimos três anos da vossa governação, concordou, apoiou e aprovou números muito piores. Vamos ver um por um, com gráficos, para ajudar os senhores na vossa compreensão.

Défice em 94, défice em 95, défice em 96, défice em 2001, que é o que estamos a analisar e acham que é mau, mas é muito melhor, como podem ver, do que o de 94, 95 e 96.

Receitas próprias da Região. Acham pouco.

94, 95, 96 e 2001. Acham pouco, mas é muito mais do que era antes.

**Deputado Alberto Pereira** (*PSD*): Está absolvido!

**Deputado António Marinho** (*PSD*): O Sr. Vice-Presidente também vai ser liberado!

**O Orador:** Receitas próprias sobre as despesas de funcionamento.

Criticaram essa situação.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
Gabinete da Presidência

94, 95, 96 e 2001. Acharam que era pouco, por isso é que votam contra, mas antes votaram a favor quando era muito menos.

Ainda não acabou.

Receitas fiscais.

Acharam que a taxa de execução das receitas fiscais e as receitas fiscais obtidas eram poucas em 2001, mas acharam que era muito em 94, 95 e 96 que eram muito menos.

Acharam que as despesas de investimento tinham um valor muito reduzido em relação ao total das despesas. Curiosamente em 2001 era 31,9% do total da despesa. Em 96 era apenas 27,2%. Portanto, não foi o ano mais baixo. O ano mais baixo foi 96.

Portanto, tivemos uma evolução positiva.

**Deputado António Marinho (PSD):** É preciso lembrar o Sr. Vice-Presidente que estamos a debater a conta de 2001!

**O Orador:** Falámos no investimento. Dizem que o montante do investimento em 2001 foi reduzido.

Ora bem. O investimento em 2001 foi 204,4 milhões de euros. Mas acharam que tinha sido muito em 94, 95 e 96 que têm um montante muito inferior.

Vamos às receitas.

Receitas em 94, 95, 96 e em 2001. Acham pouco?

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Apresenta-lhes os símbolos que é mais fácil!

**O Orador:** É só ver o gráfico.

Meus caros amigos:

Estamos a falar em relação ao passado e à vossa mudança de conceitos entre aquilo que achavam que era um bom valor e aquilo que acham agora.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Os senhores dizem que não devemos falar do passado e têm toda a razão. Vamos falar do presente. Como referiu, que em 2001 havia um conjunto de aspectos que o Tribunal de Contas tinha considerado como aspectos a melhorar. E nós melhorámos.

Referiram um aspecto negativo em 2001, a existência de défice. Mas também ouvi criticá-lo há pouco tempo a existência de superavit.

Em que é que ficamos?

Criticam o défice e criticam o superavit. Com o que é que concordam?

Apontaram como aspecto negativo que as receitas correntes, em 2001, tinham sido inferiores às despesas correntes. Mas então têm que louvar porque em 2004 isso talvez já não seja assim.

Criticaram também que as receitas fiscais estiveram abaixo da previsão, apesar de esquecerem que tiveram por causa de acertos fiscais, por introdução do orçamento rectificativo que alterou a base de distribuição do IVA, que é uma coisa externa à Região.

Mas se acham que a taxa de execução foi baixa em 2001 – um aspecto a criticar – também têm que nos louvar quando em 2004 nós temos uma taxa de execução de receitas fiscais superior a 100%.

Espero que quando cá estiver a conta de 2004 façam essa referência.

Em relação às despesas com pessoal, acharam muito um crescimento de 10%, em 2001. Com certeza que vão concordar com a taxa de crescimento de 1,1% em 2004 das despesas com pessoal.

Em relação à taxa de execução do Plano, acharam baixa a taxa de execução referenciada. Com certeza que vão concordar com a taxa de execução de 97% do Plano de Investimentos em 2004.

Ou seja, de 2001 para 2004, em todos os indicadores que referiram houve uma clara evolução positiva.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Mas, se me permitem, não devemos seguir apenas as contas, a componente financeira. O que mais nos orgulha não é esta evolução. O que mais nos orgulha é quando analisamos o relatório do Tribunal de Contas de 2004, que é actual, e vemos essas referências nos aspectos positivos. O equilíbrio entre os aspectos a melhorar e aquilo que ainda há para melhorar, porque há sempre, é muito inferior a isso e demonstra a vontade também que o Governo Regional teve, neste período, de melhorar, apesar das contingências extremamente difíceis ocorridas no ano de 2001 e que eram claramente adversas à Região.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, e a conta de 2001?

**O Orador:** Mas não é em relação a essas matérias que mais nos orgulhamos. É que, independentemente dessas contas que uns fazem melhor, outros fazem pior, há algo indesmentível que é aquilo que interessa realmente às pessoas. Do que nós nos orgulhamos é do nosso processo de convergência com as médias do Produto Interno Bruto e de Rendimento da União Europeia, é do nosso crescimento de produção, é do nosso crescimento do rendimento disponível, é do nosso crescimento de riqueza, é do nosso crescimento em todos os indicadores sociais ao longo deste período.

**Deputado Clélio Meneses (PSD):** Sr. Presidente, estamos a debater a conta de 2001!

**O Orador:** Isto, meus caros amigos, por mais contas que queiram fazer, por mais voltas que dêem não podem desmentir. E é esta a realidade que todos os açorianos sentiram e é por isso, tendo em conta essa realidade, que estamos aqui hoje.

Muito obrigado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

**Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(\*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu tinha pedido a palavra para responder ao Sr. Deputado José Rego, mas uma vez que o Sr. Vice-Presidente falou, apenas queria fazer um apelo relativamente a todos os quadros que apresentou.

Relativamente ao empenho e ao ânimo que demonstrou agora, provavelmente incentivado pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que tinha encontrado na primeira apresentação alguma frieza, agora apresentou algum calor, mas teve um problema, Sr. Vice-Presidente, é que se enganou no ano. Nós estamos a discutir a conta de 2001 e é isso que eu pretendo continuar a discutir.

Sobre a conta de 2004 há-de chegar o seu tempo. Sobre a de 2005, no dia 5 de Abril aqui estaremos para falar.

Relativamente ao Sr. Deputado José Rego, eu penso que fui criticado pelo facto de só salientar os aspectos negativos e não ter salientado os aspectos positivos que vêm no Parecer do Tribunal de Contas.

Eu vou ler três ou quatro, muito rapidamente, até porque tenho limitação de tempo, neste momento...

**Presidente:** Sr. Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Eu cometi um lapso. É que já tínhamos chegado à nossa hora regimental para encerramento dos trabalhos. Se a discussão for para se prolongar, temos que interromper os trabalhos e continuamos amanhã.

**O Orador:** Eu levo apenas mais 2 minutos.

**Presidente:** Eu tenho que cumprir o horário, a não ser que a câmara diga que não.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

Os Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares concordam que se termine e o debate e se faça a votação deste diploma?

*(Pausa)*

Parecendo haver concordância, pode continuar Sr. Deputado, mas agradecia que fosse breve.

**O Orador:** Relativamente aos aspectos positivos, há aspectos positivos. Aliás eu salientei-os. Disse que eram poucos e de pouca relevância. Ora vejamos:

“A proposta de Orçamento da Região foi apresentada pelo Governo Regional à Assembleia Legislativa dentro dos prazos estabelecidos no nº 5 do artigo ...”

“A proposta de Orçamento respeitou o definido nos artigos 10º e 11º da Lei nº 79/98, relativamente ao seu conteúdo”. Pudera!

“As verbas transferidas do Orçamento de Estado ao abrigo do Fundo de Coesão, corresponderam ao previsto no nº 3 do artigo 31º da Lei nº...”. Pudera!

“Os pagamentos executados pelas tesourarias regionais corresponderam à despesa escriturada na Conta da Região Autónoma dos Açores”. Obviamente!

**Deputado José Rego (PS):** Já não se falou no passado!

**O Orador:** Os aspectos positivos são algo que o Tribunal de Contas, obviamente também tem que pôr aqui. São em número de 10 (continuo a dizer) neste ano, relativamente a 20 e, até para não prolongar a minha primeira intervenção, embora o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro tenha



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA  
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
*Gabinete da Presidência*

complementado com alguns deles, alguns são extremamente graves do nosso ponto de vista.

Não é a minha opinião. Aquilo que eu falei aqui há pouco, obviamente também com alguns comentários adicionais, é o parecer do Tribunal de Contas que aqui está. Para mim está tudo dito a partir desse momento.

Relativamente às percentagens de execução, no caso desta ainda não existia relativamente à reprogramação. Iremos ver na de 2002.

À partida, se eu fizer reprogramações todo o ano e se conseguir não falhar nessas reprogramações, eu tenho sempre execuções de 100%.

Agora o mais grave, vamos constar isso na de 2002, e por aqui vou terminar, é que mesmo tendo feito uma reprogramação, se não me engano, em princípios de Novembro, chegou ao final do ano e ainda falhou não nos 25% que se verificaram em relação ao Plano de Médio Prazo de 2001/2004, mas qualquer coisa na ordem dos 80 e qualquer coisa por cento, isto é, mesmo com uma reprogramação feita um mês e pouco antes de terminar o ano, falharam na execução.

**Presidente:** Srs. Deputados, vamos votar esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

**Secretário:** A Proposta de Resolução – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2001” foi aprovada com 27 votos a favor do PS e registou 14 votos de abstenção do PSD, 1 voto de abstenção do CDS/PP e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.